



DOCÊNCIA E ENSINO: A DRAMATIZAÇÃO DO AUTOAPRENDIZADO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3652

Amanda Cristina Ribeiro, UNESPAR
Renan Bandeira Araújo, UNESPAR

Resumo

Com base nas provocações suscitadas pela obra cinematográfica “Nenhum a menos” (1999), teceremos algumas considerações sobre a atividade docente na contemporaneidade. Se, por um lado, as reformas propugnadas atestam a ilegitimidade do governo que emergiu da ruptura institucional, por outro, temos que a reforma trabalhista, a terceirização das atividades fins e a reforma previdenciária apontam para a chineização da força de trabalho no Brasil. Nesse sentido, o eixo da trama fílmica centrada na prática docente, possibilita uma reflexão sobre o que é “ser professor hoje”. Da mesma forma, o enredo temático permite a reflexão crítica acerca do conhecimento escolar e as disputas curriculares. A provocação inicial que norteia a discussão realizada neste trabalho se relaciona com o lugar que ocupa o “conhecimento” na dita “sociedade do conhecimento”. O saber seria o enfoque principal da educação escolar a partir das reformas curriculares iniciadas em meados da década de 1970 e progressivamente reelaboradas até os dias atuais? Verificamos que na atualidade o verbo ensinar parece ter caído em desuso e assumido uma conotação negativa no senso comum pedagógico. Em seu lugar surgiram expressões como práticas colaborativas e auto-aprendizado, indicando a disseminação revisitada do ideário escolanovista, oriundo do debate educacional das primeiras décadas do século XX. Da mesma forma são incorporadas as teses de Edgar Morin (2003), difusor da pedagogia do “aprender a aprender” e responsável pela disseminação da visão relativista sobre o conhecimento, da dúvida em relação à possibilidade do pensamento racional explicar as contradições da sociedade contemporânea e a sua reprodução nas áreas do ensino/educação.

Palavras Chave:

Reformas Curriculares;
Trabalho Docente; Saber
Escolar.

Introdução

Com base nas provocações suscitadas pela obra cinematográfica “Nenhum a menos” (1999), teceremos algumas considerações sobre a atividade docente e a educação na contemporaneidade. Se por um lado as reformas propugnadas atestam a ilegitimidade do governo que emergiu da ruptura institucional, por outro, temos que a reforma trabalhista, a terceirização das atividades fins e a reforma previdenciária apontam para a chineização da força de trabalho no Brasil.

Nesse sentido, o eixo da trama fílmica centrada na prática docente, possibilita uma reflexão sobre o que é “ser professor hoje”. Da mesma forma, o enredo temático permite a reflexão crítica acerca do conhecimento escolar e as disputas curriculares. A provocação inicial que norteia a discussão realizada neste trabalho se relaciona com o lugar que ocupa o “conhecimento” na dita “sociedade do conhecimento”.

O saber seria o enfoque principal da educação escolar a partir das reformas curriculares iniciadas em meados da década de 1970 e progressivamente reelaboradas até os dias atuais? Verificamos que na atualidade o verbo ensinar parece ter caído em desuso e assumido uma conotação negativa no senso comum pedagógico. Em seu lugar surgiram expressões como práticas colaborativas e autoaprendizado, indicando a disseminação revisitada do ideário escolanovista, oriundo do debate educacional das primeiras décadas do século XX.

Da mesma forma são incorporadas acriticamente as teses de Edgar Morin (2003), difusor da pedagogia do “aprender a aprender” e responsável pela disseminação da visão relativista sobre o conhecimento, da dúvida em relação à possibilidade do pensamento racional explicar as contradições da sociedade contemporânea e a sua

reprodução nas áreas do ensino/educação.

Para iniciar nossa discussão, descreveremos brevemente o enredo geral do filme “Nenhum a menos” (2009). O filme tem início com a chegada da protagonista Wei Minzhiem em uma aldeia localizada na zona rural da China, onde com apenas treze anos de idade a adolescente atua como professora substituta em uma escola primária, pois o professor atual, Prof. Gao, precisa se ausentar para cuidar da mãe convalescente. Quando chega até a escola, a jovem protagonista se depara com condições precárias de infraestrutura. A sala de aula é pequena, contendo apenas com um quadro negro e alguns gizos, uma espécie de espaço físico para depósito em desuso. Além disso, a turma é numerosa, com alunos em idades diversas e em estado de miserabilidade comum. São crianças e adolescentes que convivem com as formas do cotidiano estranhado, dos bloqueios à plena efetivação do humano genérico manifestado já na tenra idade da vida.

Além da precariedade das condições físicas e materiais da escola, a adolescente encontra dificuldades para ser reconhecida como professora pelos alunos, pelo professor que está se ausentando da escola e, até mesmo, por si mesma. Afinal, quais seriam os requisitos essenciais que lhe propiciariam a identificação como professora? De nosso ponto de vista, o domínio de conteúdos específicos, isto é, o domínio sobre certo saber elaborado, é o elemento principal a ser considerado para atribuição do status de educadora, o que não é o caso de Wei com seus treze anos de idade.

Objetivos

Esclarecemos que neste texto não discutiremos aspectos estéticos específicos da narrativa cinematográfica em questão. Salientamos que nosso objetivo com a aproximação entre cinema e educação, no contexto da obra de Zhang Yimou, relaciona-se com o fato de que o

retrato escolar vivenciado pelo filme não se restringe ao seu universo particular imediato, mas como parte do movimento histórico universal, isto é, como captura de uma realidade social interpretada a partir da narrativa do cinema, que nos permite elaborar algumas reflexões sobre o cotidiano escolar e social, tomando como premissa algumas das “provocações” suscitadas pelo enredo fílmico.

Resultados

Na trama retratada pelo filme de Yimou, a questão do conhecimento ocupa uma difícil posição. Por um lado, o professor que está indo embora se preocupa com a pouca idade e inexperiência de Wei e questiona sua capacidade de dar conta de suas atribuições pertinentes ao cargo de professora. Por outro lado, dado a necessidade urgente da continuidade das “aulas” e as condições generalizadas de pobreza da comunidade escolar onde ambos se encontram, a preocupação principal do professor passa a ser a de manter os alunos frequentando a escola, pois conforme relata, já havia perdido muitos alunos que abandonaram os estudos para irem trabalhar, daí o título “Nenhuma a menos”.

Diante de tal situação, o professor pede que Wei mantenha todos os alunos frequentando a escola até o seu retorno, nenhum a menos, e então ele lhe daria uma gratificação extra. Neste momento, o filme transmite uma sensibilidade ímpar da “professora” em relação aos seus alunos e uma aposta no papel fundamental da escola enquanto espaço de construção de sentidos para a vida das crianças. Demonstrada as adversidades decorrentes da sua não capacitação para o exercício docente, o filme recupera questões intrínsecas ao gênero humano como a troca de afetos no cuidar. Assim, confinada na sua inexperiência adolescente, de forma espontânea, Wei cuida carinhosamente das crianças como se fosse uma irmã mais

velha.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao fato de que as alunas choram porque o colega pisoteia alguns gizos que caem no chão. Diante da indisciplina em que se encontra a turma no momento, o episódio passa despercebido aos olhos da professora, que só se atenta para o fato quando a aluna expressa a importância que tinha para o professor Gao que cada giz fosse usado até o fim, numa nítida valorização/otimização dos poucos recursos de ensino com os quais a escola contava. Através dessa cena, o diretor sugere a troca afetiva necessária na relação professor e aluna, uma necessidade do humano-genérico embasada no reconhecimento e na valorização da educação, no respeito a autoridade do professor, justificada pelo reconhecimento de seus saberes e da sua importância na transmissão do conhecimento historicamente construído por homens e mulheres.

No decorrer das cenas iniciais do filme, o professor Gao procura deixar algumas instruções básicas do que Wei deveria realizar enquanto estivesse fora. Atividades tais quais ensinar as crianças a cantarem ou expor textos no quadro de giz para que realizassem cópias em seu caderno, inclusive, mais de uma vez no mesmo dia, caso fosse necessário.

A preocupação do professor, dado os determinantes da realidade escolar, era que a professora pudesse dar conta de manter as crianças ocupadas até o final do expediente. Entendemos que tal situação expressa a dramatização do autoaprendizado, quando os conceitos científicos não ocupam lugar central na educação escolar. Em seu lugar, de forma a evitar a análise relativa ao processo de desconstrução da educação pública, da ausência do poder público que aposta na perspectiva privatizante da educação, estaria posto o que Morin definiu como “[...] favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular

o uso total da inteligência geral” (MORIN, 2002, p. 39).

Em 2013, durante uma paralisação dos docentes da rede pública do Estado de São Paulo, a diretora do sindicato dos professores (Apeoesp) havia desabafado: “as classes viraram um depósito de alunos” (SOBRINHO, 2013). Um desabafo que denunciava a superlotação das turmas, a sobrecarga de trabalho docente e as não condições adequadas para o desenvolvimento das relações de ensino e aprendizagem, como parte dos dilemas educacionais enfrentados pelos professores de todo o país, e que aproximam a narrativa cinematográfica com a realidade dos educadores brasileiros. Uma realidade marcada por professores que diariamente, sob condições histórico sociais de trabalho/vida precários mantém o desafio de tentar ensinar.

O contexto enunciado acima elucidada a prerrogativa de que, embora inseridos em contextos diferentes, muitos educadores brasileiros podem encontrar identificação com os dilemas sociais narrados pelo filme. Parte importante do movimento histórico de precarização da atividade docente é justamente a existência dos professores temporários que, assim como Wei, encaram o desafio de se reconhecerem e serem reconhecidos como professores, não temporários. Entre os outros elementos que consideramos constituintes do processo de precarização da atividades docente estão:

[...] flexibilização; intensificação; desemprego; desprofissionalização; degradação; sobrecarga; cobranças; fragilização; desvalorização; competitividade; condições de trabalho e de pesquisa; perda de autonomia; novas categorias de trabalhadores, sobretudo os temporários; ausência de apoio à qualificação; e, ainda, algumas especificações da esfera tais como valorização do saber da experiência em detrimento do pedagógico; ação docente pouco sólida em termos de

conhecimento; envolvimento dos professores em trabalhos burocráticos. (MARIN, 2010, n.p.).

Em “Nenhum a menos” também encontramos situações que ilustram o contraditório processo da abertura da China à atração do capital externo no início da década de 1980, contrapondo-se ao antigo modelo de planejamento centralizado no Estado. A realidade empobrecida da escola e da aldeia de maneira geral contrasta com a situação encontrada no espaço urbano industrial, para onde Wei irá se deslocar a procura de um dos seus alunos que abandona a escola em busca de trabalho na cidade. Segundo Neto (2005):

Depois das reformas de 1978 [...] o desenvolvimento regional passou a se centrar na região costeira (a parte mais oriental) do país. Com a introdução de mecanismos de mercado e abertura para relações comerciais em amplo grau com o exterior, as vantagens econômicas regionais já consolidadas se tornaram, paulatinamente, mais importantes para a localização de investimentos produtivos. O resultado é que as desigualdades regionais têm aumentado na China. (NETO, 2005, p. 529).

Desse modo, passadas as décadas das reformas estruturais da economia chinesa, “a China entrou no século XXI com um balanço social complexo: o mesmo país que reduziu a pobreza com rapidez histórica também ampliou expressivamente os níveis de desigualdade de renda e de acesso a bens públicos” (MORAIS, 2011). Segundo Moura e Maciel (2014), “[...] a desestruturação por completo da força de trabalho chinesa foi efetuada no início dos anos de 1990, por meio de um programa nacional de privatização” que “[...] coincidiu com o período histórico das privatizações na América Latina e especialmente no Brasil” (MOURA; MACIEL, 2014, p. 146).

Assinalamos ainda que, o cenário

brasileiro atual aponta para um retrocesso em relação a redução da desigualdade social verificada nos últimos anos (200-2014), o que evidentemente tem impacto nas políticas públicas educacionais no país. Segundo dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2015, os indicativos sociais que demonstravam a redução da desigualdade social no país, sobretudo entre os anos de 2011 a 2014, já em 2015 apontaram para diminuição da renda per capita e aumento da pobreza.

É preciso ainda enfatizar que com base na alegação da crise fiscal do Estado brasileiro, a educação foi o primeiro ministério a sofrer cortes orçamentários. Em 2015, o orçamento do Ministério da Educação correspondeu pela maior parte dos cortes, cerca de 10% de seu orçamento, a partir dos reajustes fiscais promovidos pelo governo federal.

Sob tais perspectivas, a ideia poética e revolucionária de “nenhum a menos” é deixada de lado, quando o Estado se exime da responsabilidade de oferecer condições dignas de acesso ao conhecimento para todos, embora propague o discurso do conhecimento como principal fator associado à equidade social.

Verificamos atualmente, conforme enunciado por Newton Duarte (2001), que tornou-se um tabu no meio pedagógico falar em transmissão de conhecimentos já existentes. O verbo ensinar parece ter caído em desuso e assumido uma conotação negativa no senso comum pedagógico. Em seu lugar, expressões tais quais: práticas colaborativas e autoaprendizado vêm cada vez mais ocupando espaço.

Conforme observa Young (2016), a respeito da perda de centralidade do conhecimento na educação, talvez o mais significativo argumento seja o de que “[...] não há conhecimento que seja importante a ponto de que deva prevalecer sobre as suposições relacionadas com a motivação, o interesse ou o desempenho

do estudante” (YOUNG, 2016, p. 21).

O autor tece tal consideração a partir da análise do currículo escolar e da reforma curricular no Reino Unido, na década de 1970, que incorporou uma série de projetos curriculares em que “[...] a base de conhecimento das disciplinas tradicionais foi enfraquecida para que atividades mais práticas, relacionadas com o trabalho e orientadas para a comunidade, pudessem ser incluídas” (YOUNG, 2016, p. 25).

Progressivamente, no caminho da reforma curricular, em 1988 havia sido instituído o Primeiro Currículo Nacional, que definia as dez disciplinas que deveriam ser obrigatórias para todos os estudantes até os dezesseis anos, até que “[...] duas décadas depois, apenas as disciplinas Matemáticas, Inglês, Ciências e Educação religiosa permaneceram [...]”, bem como a introdução do modelo de avaliação por competências.

As reformas educacionais iniciadas na década de 1970, no panorama geral dos países capitalistas centrais, se empenharam em formular as chamadas reestruturações curriculares, inclusive, disseminando novos paradigmas para a formação e o trabalho dos professores na América Latina em geral. Nesse contexto, a própria concepção do conhecimento passou a ser questionada e reelaborada.

Os novos pressupostos de ensino introduzidos no senso pedagógico apelaram para uma visão relativista sobre o conhecimento e colocaram em dúvida o pensamento racional e sua capacidade para explicar a sociabilidade contemporânea em seus variados aspectos.

Edgard Morin (2002), difusor do ideário educacional do “aprender a aprender”, concebe que o conhecimento sob forma de teoria “[...] é fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro. [...] daí os numerosos erros de concepção e de ideias

que sobrevivem a despeito de nossos controles racionais” (MORIN, 2002, p. 20).

As teses de Edgar Morin (2002) se orientam, então, por uma perspectiva abstrata do processo de ensino aprendizagem, que renega a racionalidade objetiva do conhecimento, sem necessariamente colocar nada em seu lugar. O abstrato “aprender a aprender” assume então a conotação de um “valor fetiche”, porque oculta elementos essenciais para compreensão da função específica do conhecimento escolar e para própria compreensão da realidade escolar e tudo que lhe diz respeito.

Essas questões, sob o ângulo da abordagem filmica, caracterizam o não reconhecimento de Wei como professora, além da imaturidade relacionada com a sua idade e em consequência a nula experiência com a atividade docente, mais do que isso, trata-se da não apropriação dos saberes próprios para ensinar, isto é, a ausência de qualquer conhecimento sob a forma de teoria sistematizada.

Na tentativa de manter as crianças quietas em sala de aula, a jovem transcrevia as lições a serem copiadas no quadro de giz e dirigia-se para fora da sala de aula, impedindo a passagem dos alunos pela porta, para evitar que os alunos saíssem antes do tempo previsto. Trata-se de uma situação constrangedora para o papel social que assume como educadora, tanto para si mesma, quanto para os alunos que sentem o desconforto da desorientação educacional no ambiente escolar.

Embora muito se discuta sobre capacitação de professores na atualidade, principalmente a formação continuada docente, amparada nos pressupostos teóricos do investimento em capital humano como parte de uma nova cultura organizacional para otimizar resultados, no caso, a elevação dos índices educacionais, de maneira geral, essas capacitações não tem como pauta central o domínio de conteúdos pelos

professores, pelo contrário, o conteúdo disciplinar assume cada vez mais um sentido negativo, ligado ao tradicionalismo e a rigidez que não condizem com a realidade social atual do “aprender a aprender”.

Oliveira (2013) chama a atenção para o fato de que é preciso reconhecer que a partir do amplo debate de quase duas décadas e da promulgação da LDB nº 9.394/96, muitas foram as iniciativas no plano federal e dos Estados no sentido de buscar oferecer formação em nível superior para os professores em efetivo exercício nas redes públicas. A autora adverte que o resultado dessas iniciativas não pode ser ignorado, visto que ao longo dos últimos quinze anos a porcentagem de docentes com curso superior completo cresceu nas três etapas da educação básica, havendo sincronia entre a expansão da matrícula em educação básica nesse período e a evolução do grau de instrução dos professores – ainda que seja um problema não solucionado por completo, principalmente se tratando da grande desigualdade regional no cenário nacional.

Todavia, a evolução do grau de instrução dos professores precisa ser analisada de forma mais cuidadosa, com ênfase, especialmente, em seus aspectos qualitativos, mais do que os quantitativos, pois, segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED),

A melhoria na titulação dos professores brasileiros foi içada por outro fenômeno educacional recente: a expansão da educação à distância (EAD) no país. Entre 2000 e 2008, a quantidade de alunos nessa modalidade, em cursos de graduação e pós-graduação lato-sensu, cresceu 45.000%, passando de 1.758 para 786.718 matriculados. No mesmo período, o número de cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação aumentou de 13 para 1.752. (OLIVEIRA, 2013, p. 58)

Além disso, destacamos que,

entre outras medidas, a chamada PEC do teto aprovada em 2016 pelo governo que emergiu da ruptura institucional, que prevê a limitação dos gastos federais por até 20 anos, é demonstrativo da situação de sucateamento da educação pública brasileira, o que agrava ainda mais, isto é, retrocede no caminho progressivo de buscar aperfeiçoamento da formação docente no cenário nacional. Conforme reportagem de Carolina Martins para Central Brasileira de Notícias – CBN (2017):

Em junho, a Universidade de Brasília demitiu 175 terceirizados, entre porteiros, recepcionistas e trabalhadores da área de manutenção. Na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, os cortes começaram em abril. Desde então, mais de 180 trabalhadores foram mandados embora [...] O MEC afirma que a educação é uma das prioridades do governo e que assim que o cenário econômico melhorar, vai negociar a recuperação do orçamento das universidades (MARTINS, 2017).

Contrariando as evidências apontadas, o Ministério da Educação – MEC aposta na divulgação de slogans em sua plataforma *online*, tais quais: “seja um professor: venha construir um Brasil mais desenvolvido, mais justo, com oportunidades para todos”. (BRASIL, 2017).

Considerações Finais

Diante daquilo que foi exposto no decorrer deste texto, indicamos que o processo de precarização do trabalho, que veio exponencialmente se acentuado com a difusão acentuada das políticas voltadas ao neoliberalismo na década de 1990, assumem na atual conjuntura uma situação ainda mais difícil para *classe que vive*

*do trabalho*¹ com impactos no cenário educacional.

Seguindo a orientação de organismos multilaterais como o Banco Mundial, nas últimas décadas houve um incremento significativo de matrículas nas escolas públicas, porém, os investimentos estatais não acompanharam essa tendência. Estamos, assim, diante do dilema em que a tese da educação para todos evocados na conferência mundial sobre educação (1990), no caso brasileiro, se converta na tragédia social/educacional magistralmente explorada no filme “Nenhum a Menos”.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Seja um professor**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://sejaumprofessor.mec.gov.br>> Acesso em: 20 de set. 2017.

DUARTE, N. O lema “aprender a aprender”: nos ideários educacionais contemporâneos. In: DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em:

<<http://www.gestrado.net.br/pdf/331.pdf>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

MARTINS, Carolina. **Universidades federais do país só têm dinheiro para pagar contas até setembro**, 2017. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/especiais/universidades-em-crise/2017/07/10/UNIVERSIDADES-FEDERAIS-DO-PAIS-SO-TEM-DINHEIRO-PARA-PAGAR-CONTAS-ATE-SETEMBRO.htm>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

Morin, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez: Brasília,

vendem sua força de trabalho em troca de salário na contemporaneidade.

¹ Termo utilizado por Ricardo Antunes (1999, p. 103) que diz respeito à totalidade daqueles que

DF: UNESCO, 2002.

MORAIS, Isabela Nogueira de. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea**. Rio de Janeiro, 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

NETO, Aristides Monteiro. **Disparidades Regionais na China: do planejamento Central do PCC à globalização**, 2005. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=363>. Acesso em: 20 de set. 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas de formação e a crise da profissionalização docente: por onde passa a valorização? **Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, maio/ago. 2013, p.

51-74.

SOBRINHO, Wanderley Preite. **Professora grevista diz que classe virou “depósito de aluno”**, 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-04-24/professora-grevista-diz-que-classe-virou-deposito-de-aluno.html>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

YOUNG, Michael F.D. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI? In: **Cadernos de Pesquisa** v.46. n.159 p. 18-37 jan./mar.2016.

ZHANG, Yimou. **Nenhum a Menos** [Filme – Vídeo]. Produção de Zhao Yu. Roteiro de Shi Xiangsheng. China, Columbia Pictures Film Production Asia, 1999. 1 DVD, 106 min, Color, Som.